



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU  
PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL - PJM  
PARECER JURÍDICO



**Contrato nº 358/2021**

Interessado (a): **Secretária Municipal de Educação.**

Assunto: **Solicitação de 1º Termo Aditivo de Prazo – Termo de Contrato nº. 358/2021/CPL – Dispensa de Licitação nº. 037/2021. Locação de imóvel situado na Rua Principal, s/n, Vila de Itacupim, CEP: 68.620-000, no Município de Viseu/PA, cujo objeto se tem a locação de um imóvel o qual se destina ao funcionamento de 01 (uma) sala de aula para atender os alunos da ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ANÉSIO MACHADO, na Vila Itacupim (Zona Rural), no Município de Viseu/PA.**

*DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATO. LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA QUAL SE DESTINA PARA O FUNCIONAMENTO E INSTALAÇÃO DE ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ANESIO MACHADO, NA VILA ITACUPIM, DO MUNICÍPIO DE VISEU/PA. CONTRATO Nº 358/2021. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. POSSIBILIDADE. HIPÓTESE DO ART. 57, II DA LEI Nº 8.666/93. ASPECTOS FORMAIS OBSERVADOS. OPINIÃO PELO DEFERIMENTO.*

*I – Análise da possibilidade do 1º Termo aditivo do contrato nº 358/2021, que tem como objeto a locação de imóvel na Rua Principal, s/n, Vila de Itacupim, no Município de Viseu/PA, CEP: 68.620-000, cujo objeto se tem a locação de um imóvel o qual se destina ao funcionamento de 01 (uma) sala de aula para atender os alunos da ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ANESIO MACHADO, na Vila Itacupim, no Município de Viseu/PA.*

*II – Admissibilidade. Hipótese de prorrogação de prazo do contrato administrativo, com base no Art. 57, II da Lei nº 8.666/93.*

*III – Pelo prosseguimento, com observância do constante no presente parecer.*

## **01. RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação de 1º Termo Aditivo de Prazo, formulada pela Secretária de Educação do Município, em que fora encaminhada para este órgão de assessoramento jurídico, para análise sobre a possibilidade de dilação no prazo do contrato administrativo nº. 358/2021, na modalidade de dispensa nº. 037/2021, que tem como objeto a locação de imóvel na Rua Principal, s/n, Vila do Itacupim, CEP: 68.620-000, em que se destina a locação de um imóvel ao funcionamento de 01 (uma) sala de aula para atender os alunos da ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ANESIO MACHADO, na Vila de Itacupim (Zona Rural), no Município de Viseu/PA.

2. O contrato nº. 358/2021 tem como Contratado o Sr. MILSON REIS DE OLIVEIRA, inscrita com o CPF nº. 909.134.932-87.

3. O valor contratado para pagamento do aluguel continua o original contratado em vigor.

4. O 1ª Termo Aditivo refere-se à prorrogação de prazo da vigência do contrato.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU  
PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL - PJM



5. Em estrita observância dos atos encaminhados em anexo a consulta, nota-se a existência de justificativa:

*a) O aditamento do Termo de Contrato com prorrogação de prazo se faz necessário em virtude do imóvel locado atender as necessidades desta Administração Pública quanto ao funcionamento da ESCOLA ANESIO MACHADO, onde foram considerados vários fatores favoráveis como: Um local de praia, oferece certo nível de conforto e segurança aos alunos.*

*O Município de Viseu/PA não possui outros imóveis disponíveis para este fim, nem verbas disponíveis para aquisição ou construção de prédios com a estrutura necessária, assim sendo, tendo este localizado em uma região de praia, por fim, considerando as justificativas acima elencadas, optamos por solicitar pelo aditamento do termo de contrato em questão, haja vista, a dificuldade de encontrarmos imóvel que possuam estrutura para instalação da escola municipal aos alunos de Viseu/PA. Não podendo deixar de prestar a educação, é de suma importância a continuação de locação neste prédio.*

*b) Termo do Contrato nº. 358/2021.*

*d) Solicitação de Parecer Jurídico.*

6. Portanto, observa-se que há justificativa da Secretária de Educação para fins de elaboração do referido pedido de aditivo de prazo.

7. Após isto, vieram os autos para esta Procuradoria Jurídica para análise.

8. É o relatório.

## 02. DA COMPETÊNCIA DA PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

9. Preliminarmente, cumpre destacar que compete a essa procuradoria, única e exclusivamente, prestar consultoria, sendo este parecer meramente opinativo, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas.

10. O art. 38, inc. VI da Lei nº 8.666/93 prevê que o processo administrativo de contratação pública deve ser instruído, entres outros documentos, com "*pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade*". O parágrafo único desse mesmo dispositivo estabelece, ainda, que "*as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração*".

11. A necessidade de análise jurídica nos procedimentos administrativos licitatórios está prevista ainda nas Resoluções nº 11.535/2014 e nº 11.832/2015, alteradas pelas Resoluções nº 29/2017 e nº 43/2017 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

## 03. FUNDAMENTAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRORROGAÇÃO DE PRAZO.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU  
PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL - PJM



12. O presente caso trata da possibilidade de se aditar o contrato administrativo n 358/2021, oriundo de Dispensa de Licitao n. 037/2021, visando  prorrogao de prazo de vigência.

13. O Termo Aditivo de prazo dos Contratos Administrativos quando devidamente justificado, encontra fundamento legal na norma autorizadora constante no art. 58, I, da Lei n. 8.666/93, *in verbis*:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere  Administrao, em relao a eles, a prerrogativa de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequao às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

14. Cumpre observar que o supracitado contrato previa inicialmente um prazo de 04 (quatro) meses de locao, a contar da data da assinatura do instrumento contratual, o referido prazo findaria no dia 31/12/2021, conforme "**Cláusula Quarta – Da Vigência e prazo**". Todavia, por razões devidamente motivadas nos autos do processo administrativo se fez necessário  realizao do 1 Termo Aditivo de Prazo, prorrogando-se o prazo por mais 04 (quatro) meses.

15. Conforme documentos constantes nos autos, no dia 23 de novembro de 2021, a Secretária Municipal de Educao apresentou suas razões e requereu prorrogao do contrato.

16. Considerando que o supracitado contrato tem seu prazo de vigência em vias de terminar,  requerido aditamento contratual para que seja continuada a execuo do referido objeto, mantendo todas as demais condioes contratadas inicialmente, modificando-se apenas a durao contratual, para estendê-lo.

17. No presente caso, aparentemente se denota interesse na continuidade do mesmo para a sua concluso, ante a relevância desta contratao para o Município, tendo em vista, que a Administrao Pública não possui outros imóveis, nem tampouco, verbas disponíveis para aquisio e compra de um imóvel na localidade; e, ainda, será mantido o equilíbrio contratual, já que não importará em onerao a este Município, o que se infere a manuteno do caráter vantajoso para a administrao pública, pelo que se demonstra viável a possibilidade da prorrogao.

18. Neste aspecto a Lei n 8.666/93 admite a prorrogao dos contratos administrativos, excepcionalmente, nas hipóteses elencadas no Art. 57. Entre elas, tem-se a possibilidade de prorrogao dos contratos quando pela prestao de servio a serem executados de forma contínua, a sua durao prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vista  obteno de preços e condioes mais vantajosas para a administrao, sendo limitada a 60 (sessenta) meses.

19. Para a prorrogao desses contratos, faz-se necessário, antes de tudo, a presença dos requisitos legais previstos no art. 57, II, 2 c/c art. 65, II, "d", ambos da Lei n. 8.666/93, *in verbis*:

**Art. 57. A durao dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita  vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: (...)**

*II -  prestao de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua durao prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas  obteno de preços e condioes mais vantajosas para a administrao, limitada a sessenta meses;*





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU  
PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL - PJM



§ 2º. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato. (...)

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: (...)

II - por acordo das partes: (...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

20. Segundo Ronny Charles, em sua obra "Leis de licitações públicas comentadas", nesses casos **"o prazo de execução previsto no instrumento contratual é apenas moratório, não representando a extinção do pacto negocial, mas tão somente o prazo estipulado para sua execução."**, ou seja, ainda que expirado o prazo de vigência do contrato, a obrigação subsiste enquanto não concluído o fato que ensejou o objeto, ou o interesse da administração, sem que se olvide a necessidade de estipulação prévia de prazo em observância ao Art. 57, § 3º da Lei de Licitações: **"É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado"**, bem como para se resguardar a segurança dos atos administrativos e a satisfação do interesse público a contento.

21. A manutenção do preço praticado se mostra economicamente mais vantajosa para a administração, bem como respeita aos limites estabelecidos no art. 65, §1º da Lei 8666/93. Assim, infere-se que pelas razões a seguir que é viável e justificada a prorrogação da vigência do contrato.

22. Por todo o exposto é cediço que a pretensão de prorrogação do prazo do contrato é juridicamente possível com vistas a se alcançar a satisfação do objeto contratado, desde que preservado os interesses administrativos geradores da avença.

### 03.1 DA MANUTENÇÃO DAS MESMAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO.

23. Outrossim, torna-se a salientar que o valor global do contrato estará respeitando o limite do Artigo 65 da Lei das Licitações, já que sequer haverá alteração de valores, não havendo nenhum óbice aparente à legalidade do Aditivo pretendido ante a preservação das condições inicialmente avençadas.

24. Além disso, cabe à autoridade verificar se a contratada ainda atende às condições que foram exigidas quando da realização da licitação, na forma do que dispõem o Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, consignando o preenchimento de tais condições nos autos.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU  
PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL - PJM



25. Sendo assim, cabe a autoridade competente observar se a empresa contratada ainda atende tais requisitos, como ato de zelo ao erário público municipal, em plena observância dos princípios licitatórios que regem esta contratação.

26. Estando, pois, toda a tramitação aparentando a plena regularidade legal sobre seus procedimentos, crê-se na regularidade do procedimento até o presente compasso, pelo que se conclui o que segue.

#### 04. CONCLUSÃO.

27. Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa assessoria jurídica, que após atestada a presença de todos os requisitos elencados neste parecer, será juridicamente válida a realização do Termo Aditivo ao Contrato nº 358/2021 para prorrogar por mais 04 (quatro) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

28. A título de orientação resumida, e sem prejuízo de tudo que já foi exposto no bojo deste parecer, e que deve ser observado, indica-se objetivamente os procedimentos básicos para tal desiderato, para efeito de plena regularidade da instrução processual, nos seguintes termos:

a) Formalização do procedimento nos mesmos autos do processo administrativo de contratação;

b) Comprovação da existência de disponibilidade orçamentária para cobertura da despesa, considerando a alteração de exercício financeiro.

c) Formalização do ajuste, com publicação do Termo Aditivo.

29. Retornem os autos a Comissão Permanente de Licitação – CPL para que sejam tomadas as medidas cabíveis, e após, a Secretária Municipal de Educação para conhecimento.

30. É o parecer, SMJ.

31. Viseu/PA, 24 de novembro de 2021.

**TAISSA MARIA CARMONA DOS SANTOS**  
Assessora Jurídica Municipal de Viseu/PA  
OAB/PA nº 11.496